

UNIVERSIDADE, ESCOLA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM DEBATE!¹

Marcia B. Carminatti²

Jucirema Quinteiro³

1 INTRODUÇÃO

Há décadas a Universidade tem deixado a formação docente em segundo plano, e mesmo os debates em Defesa da Escola Pública já não conseguem ser retomados com o vigor de antes. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (Pibid/Capes), criado em 2008, busca minimizar esta situação, mediante incentivos a formação docente no chão da escola. Tal finalidade coloca desafios para as relações entre Universidade, Escola e Formação de Professores que vão desde a superação do caráter autoritário que as caracteriza, responsável pelo afastamento da escola do processo de formação de professores; a própria concepção de formação docente universitária, limitada as disciplinas de didática, metodologias e práticas de ensino; a presença gritante, nas escolas do Ensino Fundamental, de professores com contrato de trabalho temporário (ACT), o que dificulta a construção de vínculos, bem como a realização sistemática de reuniões pedagógicas, visando à discussão e elaboração do planejamento de ensino até o papel de co-formadora atribuído à escola pelo Pibid, neste processo.

Em um contexto marcado pela implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos no Brasil (Lei nº 11.274); pelas mudanças nos tempos, espaços e formas de ensinar e aprender;

¹ Texto apresentado no I Encontro Catarinense do Pibid: O fortalecimento da iniciação à docência na educação básica.

² Coordenadora da Escola Básica Municipal Beatriz de Souza Brito (SC). E-mail: marciabc1996@hotmail.com

³ Doutora em Educação, Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora Associada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: jquinteiro@ig.com.br

pela Reformulação dos Currículos das Licenciaturas, em particular, do Curso de Pedagogia, que tem como finalidade a formação de professores para a infância e, ainda, pelo baixo aproveitamento escolar dos estudantes das escolas pública em geral – o Pibid Pedagogia, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vem, desde 2009, desenvolvendo suas atividades, por meio de um projeto intitulado *Ensinar para participar, brincar e aprender*, junto a 123 crianças dos anos iniciais, período matutino, em uma Escola Pública Municipal de Florianópolis (SC), mediante dez estudantes universitárias bolsistas (12 horas em sala de aula e 8 horas de estudos e planejamento, somando 20 horas semanais), mais cinco professores que atuam do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, três coordenadoras pedagógicas, além do Diretor da Escola. Cabe destacar que este projeto é resultado da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que vimos operando desde o início da década de 1990, sobretudo a partir do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Infância, Educação e Escola (GEPIEE), que tem como tema central *O direito à infância na Escola* e, ainda, a partir do Estágio Docente Obrigatório, que busca ampliar este conceito para além do reducionismo atribuído às ações inerentes ao **ser, fazer e saber fazer** docente (SERRÃO; QUINTEIRO, 2004).

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após quatro anos de trabalho conjunto, é possível apresentar alguns resultados e questões para este debate:

- Para a Universidade e, em especial, para o curso de Pedagogia, o Pibid representa um reencontro com a Escola Pública, caracterizado pela construção de vínculos pautada no respeito mútuo, pelo debate e embate de ideias e propostas e, especialmente, pela reafirmação de que é possível mudar a Escola no sentido de torná-la mais

significativa e instigante para as novas gerações. Um exemplo disto foi a 1ª Semana de Aproximação *com* Participação *na* Escola – 1ª SAPE – realizada por 57 estudantes matriculados na terceira fase do curso de Pedagogia, cujo objetivo era cumprir com uma das exigências da ementa da disciplina denominada Educação e Infância III, e que está expressa no próprio título deste evento. Assim, a 1ª SAPE buscou incentivar a formação de leitores e escritores junto às crianças matriculadas no primeiro até o quinto ano do Ensino Fundamental da Escola campo do Pibid Pedagogia, por intermédio da realização de doze oficinas organizadas a partir de ‘situações de ensino/aprendizagem’ sob a orientação dos professores das duas instituições. A partir da realização de tais exercícios, foi possível redimensionar o sentido convencionalmente atribuído às ações inerentes à prática docente e evitar o reducionismo destas atividades a uma dimensão apenas instrumental vinculada ao **como fazer**.

- Para as estudantes bolsistas, o Pibid escancara os hiatos e lacunas na formação recebida tanto em nível universitário como cultural, por meio de demandas colocadas pela realidade escolar e de ensino, levando-as a uma participação mais contundente e consciente em sala de aula, no sentido de indagar seus professores e esclarecer questões, tais como: constituição de ser criança e estudante; participar, brincar e aprender na escola; sentido e significado do ensino; organização escolar; planejamento; alfabetização e letramento; memória infantil; autoridade e autoritarismo; disciplina, entre outros.

- Para a Escola, o Pibid apresenta novas perspectivas pedagógicas mediante a análise dos limites e das possibilidades desta como co-formadora no processo de formação universitária, e do direito à infância como conteúdo formativo e organizador do exercício docente, especialmente a partir da humanização dos tempos e espaços escolares. Esta experiência exitosa certamente contribuiu

para o aumento significativo do Ideb da Escola e para a ampliação do campo de atuação do Pibid para mais 3 áreas: Matemática/UFSC; Música/UDESC e Educação Física/UFSC e, ainda, alguns estágios docente vindos da UDESC e da UFSC.

3 CONCLUSÕES

Finalmente, gostaríamos de reafirmar a necessidade de seguirmos caminhando juntos, Escola e Universidade, no intuito de buscarmos consolidar esta experiência exitosa, que a cada dia nos mostra que é possível superar os simplismos, a massificação e ‘fazer de outro modo’, no sentido de formar o espírito crítico nas novas gerações. Porém, sabemos que somente a crítica não basta, pois como escreveu Miriam Limoeiro Cardoso, “não há futuro por vir, mas somente a história que consigamos construir com nossos projetos e lutas face aos demais projetos”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Seção I, p. 1-2, Brasília, DF, 7 fev. 2006.

CARDOSO, M. L. Questões sobre a Educação. In: GOULART, C. (org.). **Dimensões e Horizontes da Educação no Brasil**. Ensaio em homenagem a Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Osmar Fávero. Niterói, RJ: EdUFF, 2004. p. 107-125.

SERRÃO, M. I. B.; QUINTEIRO, J. A formação do professor e a educação da criança: qual o lugar da docência? In: CARVALHO, D. C. de et al. (org.). **Relações interinstitucionais na formação de professores**. Araraquara: JM Editores, 2009. p. 23-29.

Recebido em 26/09/2012

Aprovado em 16/11/2012